

NÍVEL DE INSTRUÇÃO E TRABALHO INFORMAL: O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS EM JOÃO PESSOA – PB

Walissioneide da Silva Caldas¹

Universidade Federal da Paraíba – walissioneidecaldas@hotmail.com

Rejane Gomes Carvalho²

Universidade Federal da Paraíba – rejanegcarvalho@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo principal do artigo é analisar o nível de instrução das pessoas ocupadas e sua relação com o trabalho informal no município de João Pessoa-PB. O trabalho informal é um fenômeno que se expandiu em todas as cidades como consequência do modelo de desenvolvimento capitalista que não consegue manter todas as pessoas inseridas nas condições formais de trabalho. Por outro lado, também explicita o baixo nível de educação formal e instrução profissional das pessoas que buscam alternativas de geração de emprego e renda, caracterizando um grave problema social. Como recurso metodológico, foi necessária a busca de dados secundários em instituições de pesquisa oficiais, especialmente no IBGE, para ilustrar as condições gerais de instrução das pessoas no mercado de trabalho em João Pessoa, relacionando-o com o setor informal. Além disso, utilizou-se a pesquisa direta de campo para investigar a percepção de trabalhadores e comerciantes que atuam no Shopping Popular Terceirão em João Pessoa, buscando investigar as condições do trabalho presente nesse espaço de comércio e serviços. Para apreender a configuração do trabalho no Shopping Terceirão, foram levadas em consideração variáveis como: instrução, idade, estado civil, gênero, rendimento, carteira de trabalho e contribuição para a previdência social. Conforme a pesquisa indicou, é possível destacar que parte das pessoas que desempenham funções no comércio nas dependências do Shopping Terceirão apresentam fragilidades no nível de instrução, com concentração no ensino médio, e estão em situação de trabalho precário ou informal, tendo em vista as extensas jornadas de trabalho e a ausência de direitos sociais do trabalho.

Palavras-chave: Nível de instrução. Trabalho. Informalidade. Shopping Terceirão-JP.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo principal analisar o nível de instrução das pessoas ocupadas e sua relação com o trabalho informal no município de João Pessoa-PB, tendo

¹ Autora.

² Orientadora.

em vista que as ocupações irregulares e o trabalho informal são situações que se encontram explícitas nas ruas e nos shoppings populares que compõem o cenário do centro da cidade.

Para Alves e Garcia (2002), a expansão do trabalho informal ocorre, sobretudo, com os ambulantes e camelôs que desempenham esse trabalho para sua sobrevivência, como forma de buscar recursos financeiros. A informalidade do trabalho se contrapõe aos direitos que os trabalhadores formais conseguiram através de lutas trabalhistas históricas nos diversos países. A ausência de direitos do trabalho fragiliza a posição dos trabalhadores que vivem na informalidade.

O entendimento do conceito de informalidade também se faz necessário para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista diversas apreensões no âmbito da investigação científica com base na economia, sociologia, educação, história e políticas públicas, entre outras. Uma das principais referências internacionais de reconhecimento do problema do trabalho informal é a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir da preocupação com o trabalho decente em todo o mundo.

Os déficits na instrução formal e profissional podem justificar as fragilidades das pessoas ao buscarem inserção em ocupações produtivas, de modo a repercutir em baixos rendimentos, precariedade nas condições de trabalho e ausência de proteção social.

Como problema de pesquisa busca-se entender se o nível de instrução das pessoas ocupadas está relacionado com a situação de informalidade em que se encontram no mercado de trabalho e se suas posições no trabalho resultaram de escolhas racionais como alternativa para sair do desemprego. Suspeita-se que, na maioria dos casos, a ocupação informal está relacionada ao baixo nível de instrução e qualificação profissional, além da condição de desemprego dos indivíduos. Nestes casos, buscam saídas para manter o sustento familiar e pessoal, podendo também se encontrar em situação de vulnerabilidade social e falta de proteção social no trabalho.

A busca de dados secundários foi necessária para ilustrar alguns aspectos do objeto de estudo, sendo priorizados dados em instituições de pesquisa oficiais, como IBGE e Ministério do trabalho. No tocante ao estudo de caso, a pesquisa de campo teve como ambiente o centro do município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, especialmente, o shopping popular Terceirão. A pesquisa de campo faz-se necessária para

este estudo, tendo em vista que ainda se tem poucas investigações para essa área específica, principalmente por se tratar de um shopping popular cuja configuração sofre mudanças recorrentes.

A amostra da pesquisa de campo foi composta por indivíduos que realizam sua atividade de trabalho nas dependências do shopping popular Terceirão em João Pessoa. Foi elaborado um questionário com perguntas diretas e subjetivas, com o objetivo de abordar questões sobre: instrução escolar, idade, gênero, estado civil, rendimento, ocupação e contribuição previdenciária. O trabalho de campo foi realizado por meio de questionários respondidos por 21 pessoas para verificar o perfil das ocupações e das condições de trabalho no Shopping Terceirão. O questionário aplicado foi elaborado de forma a contemplar 17 perguntas, com os seguintes tópicos: dados pessoais, instrução e condições de trabalho. Assim, a importância desse estudo encontra-se em problematizar a relação do nível de instrução com o trabalho informal que, também está relacionado ao trabalho precário, mal remunerado e sem carteira de trabalho assinada.

2. O problema do trabalho informal

O trabalho informal é caracterizado pela falta de condições “decentes”³ de trabalho quanto à remuneração, infraestrutura e direitos, ou seja, aquele que é produzido sem vínculo formal reconhecido por lei. É um trabalho como qualquer outro que requer esforço mental e braçal para sua produção. Porém, está desprovido de uma série de benefícios que a lei trabalhista pode oferecer.

Uma das definições que serviu de referência para se compreender o setor informal da economia foi construída por meio das contribuições da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os estudos dessa organização tomaram como ponto de partida uma pesquisa que se realizou em 1972, no Quênia, onde o mote central era o problema do emprego. A partir desse estudo foi possível ter uma compreensão mais abrangente sobre o tema, privilegiando uma concepção dual sobre o método da economia urbana entre o trabalho formal e informal, conforme destacam Alves e Tavares (2006). Definem o setor

³ A OIT caracteriza o trabalho decente como um ponto importante dentre seus objetivos que impulsiona um trabalho produtivo e de qualidade, para que os homens e as mulheres tenham uma remuneração, uma vida digna e segurança nos seus trabalhos, mesmo sendo informais. Ver: OIT (2017).

informal como uma forma de arranjo produtivo realizado com capital escasso, em comércios não regulados. A partir desse contexto, vários autores desenvolveram seus estudos sobre a questão da informalidade.

O trabalho informal é aquele caracterizado como a prática de uma atividade produtiva e geradora de renda sem que haja registros oficiais do vínculo empregatício entre patrão e empregado, como carteira de trabalho assinada e contribuição para o instituto de previdência social. São considerados trabalhadores informais: camelôs, feirantes, flanelinhas e vendedores ambulantes, por exemplo (ALVES e GARCIA, 2002). Contudo, o trabalho informal é um trabalho produtivo, pois gera novos produtos e renda. Alguns desses trabalhadores se autodenominam de microempresários, porque aquele pequeno comércio ou atividade produtiva na qual se vincula é de onde retira seu sustento.

De acordo com Leite e Araújo (2009), o mercado de trabalho informal tem relação com a pobreza, ocasionada pela desigualdade criada pelo processo de produção e pelas relações de trabalho dele decorrentes, promovendo má distribuição de renda e tornando os trabalhadores cada vez mais desnecessários ao trabalho formal. Alguns indivíduos preferem uma ocupação informal, mas com remuneração melhor do que um trabalho formal mal remunerado e precário. Este fenômeno próprio do modelo capitalista promove a exclusão dos trabalhadores e gera desigualdade, constituindo um problema social para a sociedade.

3. O nível de instrução das pessoas como determinante das ocupações produtivas e das condições de trabalho

A busca de dados secundários foi necessária para ilustrar alguns aspectos do objeto de estudo, sendo priorizadas informações em instituições de pesquisa oficiais, como IBGE e Ministério do trabalho, com a intenção de caracterizar e analisar o nível de instrução.

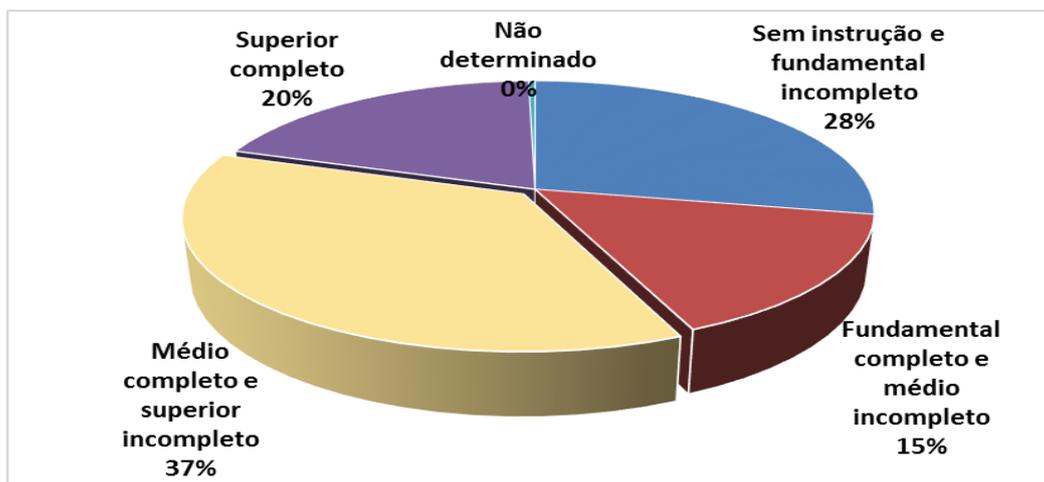
A abordagem geral sobre os indicadores socioeconômicos de João Pessoa destina-se a revelar o perfil do município e as condições do mercado de trabalho local para compreender algumas características da configuração do trabalho informal no município. A intenção é relacionar as variáveis de trabalho informal e instrução para identificar como

as desigualdades se manifestam e podem determinar as condições de trabalho, assim como também são determinadas.

O nível de instrução se relaciona com o trabalho informal na medida que as pessoas possuem uma baixa escolaridade e buscam no mercado informal possibilidades de renda e sobrevivência.

O Gráfico 1 mostra o nível de instrução para João Pessoa, segundo o Censo Demográfico de 2010. A fatia que mais se destaca é a população que possui ensino médio completo e superior incompleto, com 37%.

Gráfico 1: João Pessoa - Pessoas por nível de instrução – 2010 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 2017a.

É importante destacar a acentuada presença das pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, com 28%, e aqueles que não concluíram o ensino médio, com 15%, demonstrando a necessidade de elevação do nível de instrução da população, de maneira a repercutir na melhor qualificação profissional e nos salários. João Pessoa possui os melhores índices de instrução em relação aos demais municípios do estado da Paraíba, registrando maior número de instituições de ensino fundamental, médio e superior, o que pode repercutir em maior nível de qualificação profissional.

A tabela 1 apresenta para João Pessoa as pessoas de 10 anos ou mais de idade na força de trabalho, ocupadas por sexo, segundo o Censo Demográfico de 2010. Dentro da categoria dos empregados, estão incluídas as pessoas que possuem carteira de trabalho

assinada, os sem carteira de trabalho assinada contribuintes da previdência e aqueles que não contribuem, além dos militares e funcionários públicos estatutários.

Destaca-se que a maioria dos empregados é composta por homens, com cerca de 41%. Em João Pessoa, quase 45% das pessoas ocupadas possuem carteira de trabalho assinada, sendo novamente a maioria de homens com mais de 25%. Chama atenção as pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada, com mais de 21%, o que indica a possibilidade de trabalhadores que sobrevivem na informalidade ou do trabalho autônomo. Neste segmento, as mulheres aparecem em maior proporção em relação aos homens, com 11,5% dos ocupados e que não contribuem com a previdência social, o que pode ser justificado pela presença marcante das mulheres no trabalho doméstico.

Tabela 1: João Pessoa - Pessoas ocupadas, segundo a atividade do trabalho principal e contribuição para o instituto de previdência e sexo – 2010

Situação	Total		Homens		Mulheres	
Empregados	249.069	77,81%	131.186	40,98%	117.882	36,83%
Empregados - com CT assinada	143.675	44,88%	82.450	25,76%	61.225	19,13%
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	36.974	11,55%	17.256	5,39%	19.719	6,16%
Empregados - sem CT assinada	68.420	21,37%	31.481	9,83%	36.939	11,54%
Empregados - sem CT assinada - contribuintes da previdência	14.574	4,55%	6.490	2,03%	8.084	2,53%
Empregados - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	53.846	16,82%	24.991	7,81%	28.855	9,01%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. 2017a.

Na Tabela 2, podemos observar que dentro da categoria dos empregados estão os trabalhadores domésticos, aqueles que trabalham por conta própria, os não remunerados e aqueles que produzem para o próprio consumo. Dentre eles, ainda existem aqueles que contribuem para a previdência social e que estão protegidos pela legislação trabalhista, além daqueles que não contribuem, e que são os desprotegidos.

Tabela 2: João Pessoa - Pessoas ocupadas, segundo segmento do trabalho principal por sexo e contribuição para o instituto de previdência – 2010 (%)

Situação	Homens	Mulheres
Empregados - trabalhadores domésticos	0,62	7,58
Com CT assinada	0,32	2,93
Sem CT assinada	0,3	4,65
Sem CT assinada - contribuintes da previdência	0,03	0,38
Sem CT trabalho assinada - não contribuintes da previdência	0,27	4,27
Conta própria	11,2	7,25
Conta própria - contribuintes da previdência	2,91	1,59
Conta própria - não contribuintes da previdência	8,29	5,66
Não remunerados	0,42	0,9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,14	0,13

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. 2017a.

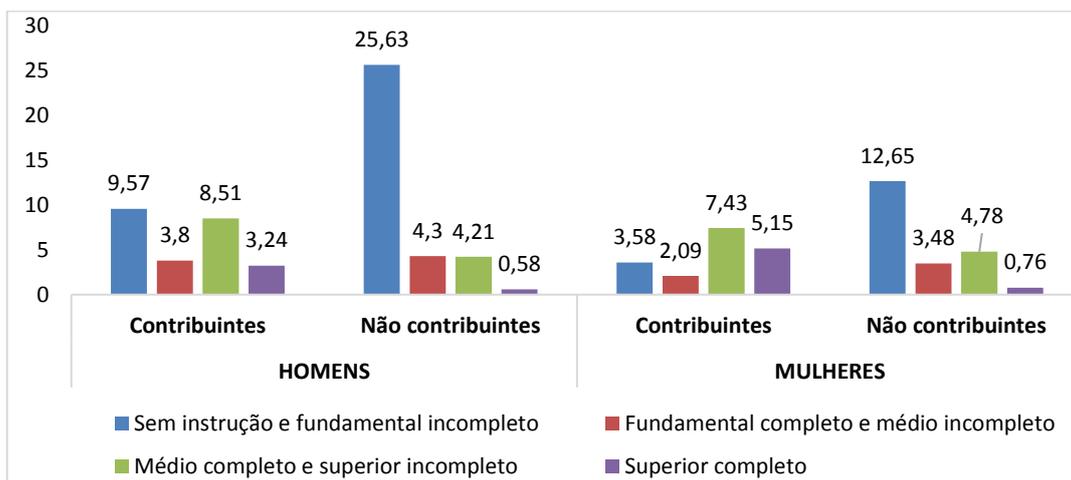
Analisando os empregados por categorias específicas, podemos ver a maior presença do gênero feminino no trabalho doméstico com carteira de trabalho assinada e sem carteira assinada, com 7,58%. Esta concentração pode estar ligada a uma questão cultural de que o trabalho da mulher está relacionado à vida doméstica e que tem mais habilidade para os serviços de dona de casa, além de ser uma atividade que exige menor grau de instrução. Os homens se destacam nas atividades por conta própria com 11,2%, embora seja uma atividade que exhibe um percentual de trabalho feminino e masculino em condições precárias com alto índice de pessoas que não contribuem com a previdência social. Apesar disso, o número dos trabalhadores sem carteira assinada em João Pessoa é menor se comparado com outros municípios do Estado.

O que se torna preocupante é a grande proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada que não contribui para a previdência social no segmento “por conta própria”, em que possivelmente estão concentrados os trabalhadores informais. Daqueles sem carteira assinada, a menor parte realiza contribuição para o instituto de previdência, o que representa cerca de 4,5% do total dos ocupados, somando homens e mulheres.

O Gráfico 2 mostra o nível de instrução por gênero para a Paraíba, segundo o Censo Demográfico de 2010. A fatia que mais se destaca é aquela “sem instrução e

fundamental incompleto”, tanto para os homens quanto para as mulheres, embora os homens apresentem os maiores indicadores. Chama atenção o percentual de pessoas com baixo nível de instrução que não contribuem com a previdência social, o que pode indicar situações de precariedade nas condições ocupadas no trabalho. Outro aspecto importante a destacar é o maior número de mulheres com ensino superior e que contribuem com a previdência social. Este dado aponta que a elevação do nível de instrução para as mulheres pode contribuir para a maior inserção do trabalho feminino, embora não seja garantia de igualdade nas condições de trabalho e rendimento.

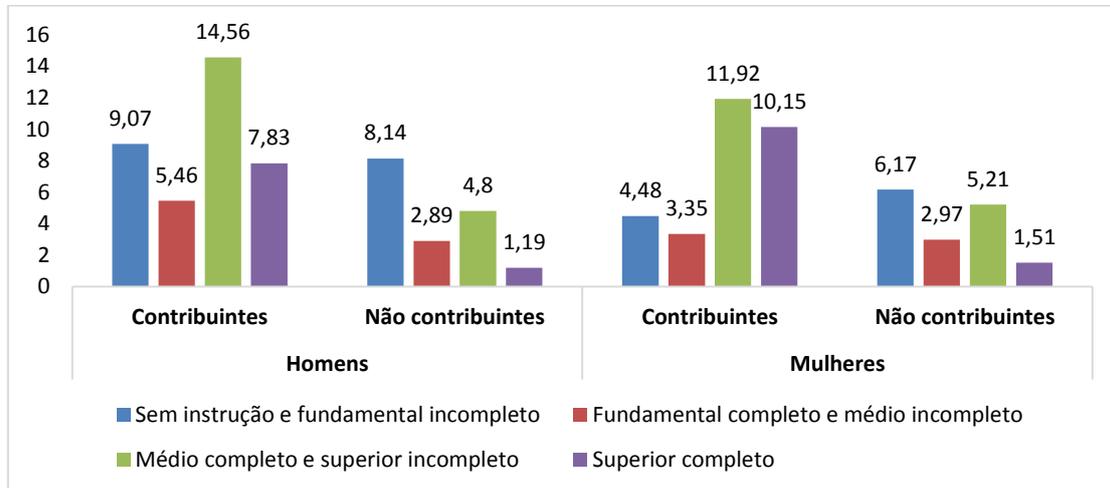
Gráfico 2: Paraíba - Pessoas ocupadas por nível de instrução, gênero e contribuição para previdência – 2010 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 2017a.

O Gráfico 3 apresenta o nível de instrução para João Pessoa e a contribuição para a previdência social, segundo o Censo Demográfico de 2010. Como se trata da capital do estado, os indicadores registram melhores níveis de instrução por gênero, revelando que a maior parte das pessoas ocupadas em atividades produtivas também contribuem com a previdência social. Por outro lado, ainda há significativo percentual de pessoas com baixo nível de instrução em atividades informais. Tanto na Paraíba quanto em João Pessoa, a maior parte das pessoas ocupadas tem nível de instrução “médio completo e superior incompleto”.

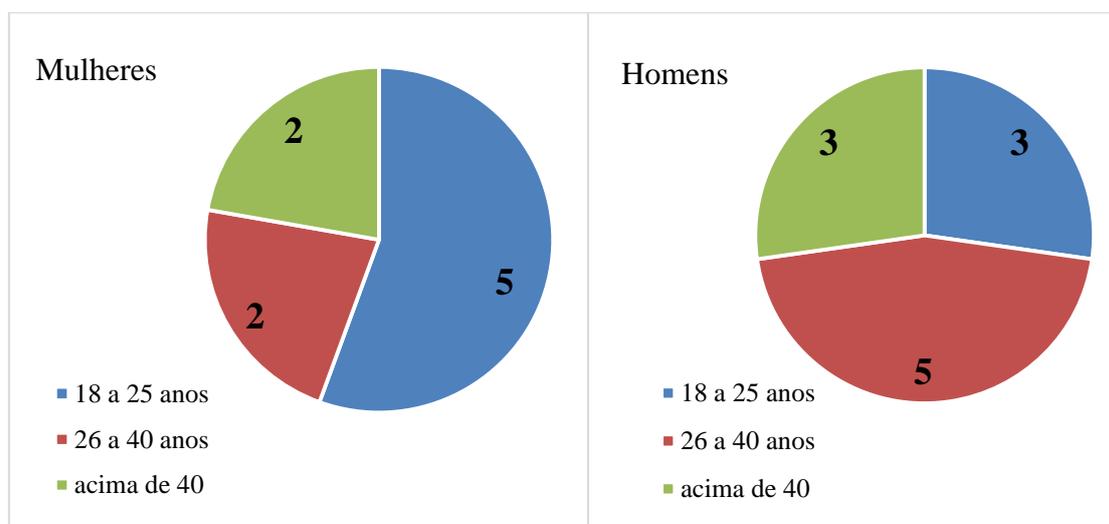
Gráfico 3: João Pessoa - Pessoas ocupadas por nível de instrução, gênero e contribuição para previdência social – 2010 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 2017a.

A partir dos dados da pesquisa de campo realizada no Shopping Terceirão no município de João Pessoa, observou-se no Gráfico 4, a faixa etária das pessoas ocupadas segundo o gênero, dividido em três grupos principais de idade: faixa etária de 18 a 25 anos, de 26 a 40 anos e aqueles acima de 40 anos.

Gráfico 4: Shopping Terceirão – JP - Faixa etária dos trabalhadores, segundo o gênero (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Podemos destacar que a faixa etária de concentração para as mulheres está entre 18 a 25 anos e os homens entre 26 a 40 anos. Muitos desses trabalhadores declararam estar no seu primeiro emprego e outros em busca da independência financeira.

No tocante ao nível de instrução das pessoas ocupadas no Terceirão, um aspecto a ser destacado é que nenhuma pessoa entrevistada se declarou analfabeta, o que pode refletir melhores condições no nível de instrução. As informações coletadas na pesquisa de campo, confirmaram a concentração de pessoas no ensino médio completo para João Pessoa, com maior participação dos homens.

De acordo com os entrevistados, 99% têm como atividade principal a que realiza no Shopping Terceirão. É dessa atividade diária que retira o sustento sendo, assim, sua principal fonte de renda. Parte significativa dos trabalhadores disseram que realizam contribuição para o INSS. Porém, existem trabalhadores que contribuem para a previdência social e estão protegidos pelos direitos sociais do trabalho garantidos em lei, mas não possui carteira de trabalho assinada, ou seja, não possui e não tem as garantias e direitos do trabalho regular. Ainda há casos de pessoas aposentadas que desempenham atividades no Shopping Terceirão com o objetivo de complementar a renda familiar.

Em relação ao rendimento, pode-se destacar que 24% dos entrevistados recebem até 1 salário mínimo, embora estes tenham declarado verbalmente que não ganham menos que este valor. Mesmo aqueles que não contribuía ou que não possuíam carteira de trabalho assinada, recebiam em média 1 salário mínimo.

Os jovens e adultos que participaram da pesquisa de campo, declararam buscar mais qualificação profissional e obter mais conhecimentos para desempenhar sua atividade no trabalho. De acordo com as declarações obtidas, a maioria dos trabalhadores jovens, entre 18 e 25 anos, encontrou no Shopping Terceirão uma maneira de sair do desemprego e obter rendimento para manter os seus estudos.

4. Considerações finais

O baixo nível de instrução no mercado de trabalho constitui-se em problema social que tem consequências graves para a sociedade. Ao longo do estudo percebemos que, apesar do trabalho informal ser considerada importante atividade produtiva, está

associado ao baixo nível de instrução e qualificação profissional dos trabalhadores, realizado em situação de desproteção e precariedade, geralmente em atividades que se desenvolvem em comércio e serviços desestruturados, com extensas jornadas de trabalho e baixos rendimentos, de modo a prejudicar os direitos sociais advindos do trabalho.

Muitos trabalhadores, por medo do desemprego, abrem mão de alguns direitos trabalhistas, pois a maioria das respostas apontaram que a ocupação no Shopping Terceirão se deu pela falta de outra oportunidade de emprego e exclusão no mercado de trabalho. Esta situação é verificada tanto no estado da Paraíba quanto no município de João Pessoa, demonstrando a necessidade de melhorar as condições da educação formal e profissional para propiciar melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os trabalhadores.

No caso dos jovens, encontraram no Shopping Terceirão uma maneira de sair do desemprego e manter os seus estudos em busca de melhor qualificação. De um modo geral, podemos concluir que os indivíduos que realizam suas atividades de trabalho no Shopping Terceirão são verdadeiros lutadores para sobreviver, pois estão num espaço de disputas onde se explicita as diferenças no acesso aos direitos sociais pelo trabalho.

Percebemos que a educação é fator imprescindível para a vida profissional das pessoas com vista a dar condições de garantir uma vida digna no trabalho e na sociedade, contribuindo para a conquista e manutenção dos direitos de cidadania.

5. Referências

ALVES, Luciene Andrade; GARCIA, Maria Franco. Geografia da informalidade. **Rev. Okara** [online]. 2002, v.6, n.2, p.263-272. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/viewFile/16107/9183>>. Acesso em: 14 set. 2016.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Histórico de João Pessoa. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250750&search=paraiba|joao-pessoa|infograficos>: Acesso em: 07 fev. 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações completas.**

Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250750&search=||info%20gr%20E1ficos:-informa%20E7%20F5es-completas>>. Acesso em: 16 mar. 2017b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa mensal de emprego,** 2008. Trabalhadores por conta própria perfil e destaques. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/parte1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais,** 2000. Rendimento do Trabalho e Ocupação (versão para informação e comentários).

IBGE, 2000. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/07_rendimento.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017d.

LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **O trabalho reconfigurado: Ensaio sobre Brasil e México.** São Paulo: Annablume, 2009.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<http://www3.mte.gov.br/ouvidoria/duvidas_trabalhistas.asp>. Acesso em 31 out. 2016.

OIT. Organização Internacional do trabalho. Disponível em:

<<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em 16 mar. 2017.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Rev. Unifra** [online]. Disponível em:

<<http://www.unifra.br/professores/pereirajm/artigo%20Jos%C3%A9%20M.D.Pereira.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PEREIRA, Cláudia Gonçalves. Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 7, 2005, **Anais...** Sociedade Brasileira de Sociologia, p.4-5.

Planalto do Governo. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5890.htm#art1>. Acesso em 04 abr. 2017.

Portal Shopping Terceirão. Disponível em

<<http://www.shoppingcentroterceirao.com.br/>> Acesso em 31 out. 2016.